

O DISCURSO DE CONQUISTADORES E CONQUISTADOS NAS CRÔNICAS DE ZURARA*

Maria do Amparo Tavares Maleval

Neste ano de 1994, em que se comemoram os 600 anos do nascimento de D. Henrique, o Navegador, nada mais oportuno que revisitar as Crônicas de Zurara, o primeiro a tecer-lhe o panegírico e a documentar os primórdios da gesta expansionista lusa, mas sem deixar de, aqui e ali, contrapontear-lhe alguns aspectos pouco gloriosos. É o que faremos, tendo por base as suas duas principais Crônicas, das conquistas de Ceuta e Guiné, deixando de lado as Crônicas dos Meneses, D. Pedro e D. Duarte, que lutaram em África pela manutenção dos postos conquistados.

Observa-se na *Crônica da Tomada de Ceuta*, elaborada por Gomes Eanes de Zurara, um choque de ideologias e mentalidades, apesar da tendência do cronista ao elogio dos grandes senhores, notadamente do Infante D. Henrique, que desenvolve sobretudo na *Crônica da Conquista de Guiné*. O discurso dos conquistadores se apresenta pautado em valores teologais e senhoriais, com os quais buscam justificar os seus feitos. Ao passo que os discursos e acontecimentos marginais, que aqui e ali emergem, denunciam serem as conquistas movidas não pela fé ou pela honra, mas pelo "proveito". É do que pretendemos nos ocupar a seguir, não sem antes chamar a atenção para algo elementar, mas nem sempre seguido nos meios intelectuais: a importância de se estudar uma época recorrendo aos textos dessa época, evidentemente que com o olhar

(*) Este estudo reproduz, com pequenas variações, conferência intitulada *Caravelas e Cavaleiros: das Tomadas de Ceuta e Guiné*, apresentada a 11/08/92 no III Congresso da ABRALIC, realizado na UFF de 10 a 12/08/92.

do momento em que se encontra o estudioso e sem desprezar a contribuição da crítica através dos tempos, para que não sejam repetidos equívocos que o conhecimento de segunda mão costuma acarretar.

A *Crônica da Tomada de Ceuta* por D. João I teria a sua redação iniciada, a acreditarmos no cronista, 34 anos após a conquista — portanto em 1449 —, concluindo-se em 1450¹. Teria sido feita sobre anotações preexistentes do cronista-mor anterior, Fernão Lopes, que fora substituído por Zurara tão logo as forças senhoriais se consolidam no poder após Alfarrobeira, em torno de Afonso V, o último (e anacrônico) “rei-cavaleiro”. Realmente, apresenta alguns aspectos que marcam a presença ou o magistério do velho cronista, como, por exemplo, a perspectivização ainda ampla dos fatos narrados e o “poder de evocação” concretizante de algumas imagens, já observados por Antônio José Saraiva e Oscar Lopes². Mas o direcionamento dado pelo “novo” cronista à historiografia afasta-se bastante da democrática visão do seu antecessor.

Opta Zurara por um gênero declaradamente pedagógico e laudatório dos feitos cavaleirescos, individuais. Retrogradando ao *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro (século XIII), analogamente a este propõe que “toda a principal fim dos autores estoriaes esta no recomtamento das uirtuosas pessoas, porque a sua clara memoria per nehuu perlomgamento de hidade possa seer afastada damte os nehuûu presentes”³. O “proveitoso ensino” e a eternização e acrescentamento dos heróis estão, pois, na base de tal entendimento, elidindo o papel das massas nos sucessos históricos. E, embora encarregado de escrever a terceira parte da Crônica de D. João I, trata muito pouco do seu reinado, investindo fundamentalmente, como também o notaram Antônio José Saraiva e Oscar Lopes, na “glorificação de uma campanha bélica dos filhos do rei”⁴.

A sua principal fonte fora o depoimento oral de D. Henrique, servindo-se, diz ele, de “alguus pedaços que ficaram apegados nas paredes do entendimento deste senhor cheas de muy grandes cuidados e cercadas de feitos estranhos com alguuas migalhas que de fora alguuas apanhamos”⁵. A unilateralidade e as falhas do memorialismo estão, pois, na base do seu “recontamento”. E a ideologia senhorial que o domina se explica até por ter sido o infante de Sagres a sua principal testemunha, afora ter como mecenas o sobrinho deste, o cognominado “rei-cavaleiro”.

Daí que faça por realçar os ideais “desinteressados” da aristocracia, opondo-os aos interesses mesquinhos dos de *vil geração*: àqueles a *honra*, a estes o *proveito*. Tal dicotomia se radicaliza ainda mais quando trata dos *vilãos* de menor condição, como podemos comprovar quando dos vandalismos praticados em Ceuta, lamentando-se as “gemtes de pouco uallor” daquele “dano sem proueito” — a perda de especiarias e outros gêneros, “muyto chorada dalguus daquelles de uil geeraçom, ca os *boôs e nobres nom poynham seu cuydado em semelhamtes cousas*”⁶.

Tamanho preconceito certamente não o possuía D. João I, criado por um burguês, líder de mesterais, e que tão bem soube equilibrar no poder as forças senhoriais e as burguesas, que financiaram a Revolução graças à qual se tornou

rei, com o empenho imprescindível também da *arraia miúda* e do seu Condes-tável, o fidalgo Nunes Álvares Pereira. A diferença entre a mentalidade joanina e a de seus filhos fica bem clara no episódio que trata do seu desejo de sagrá-los cavaleiros em suntuosas festas e na oposição dos mesmos. Argumentam os Infantes, em discurso reproduzido pelo cronista, que aos de nobre geração o grau de cavaleiro tem que ser conseguido em batalhas perigosas e, por isso, gloriosas:

nos grandes feitos de fortaleza com grandes trabalhos e perigos vendo o sangue dos seus jmgos espargido ante seus pees soo he de mreçer o grado de sua caualaria. E os *filhos dos cidadãos e dos mercadores* cuja honra nom se pode mais estender que a seme-lhante estado .ss. de serem caualeiros, a estes he cousa conui-nhauel de se fazerem festas e jogos porque *toda a força de sua honrra esta na fama de sua despesa*⁷.

A ideologia senhorial, endossada por Zurara, tem ainda como ponto de sustentação o *Tratado da Virtuosa Benfeitoria* do Infante D. Pedro⁸, que é uma das obras mais plagiadas pelo cronista. Trata-se de um tratado de moral e política feudalizante, visivelmente *parodiado* no *Regimine Principum* de Egídio Romano (ou Frei Gil de Roma), que por sua vez retoma o *De Beneficiis* de Sêneca. Atendo-se ao método escolástico da disputa, reflete sobre o benefício, ao qual é obrigado todo senhor, bem como sobre os modos de pedido e reconhecimento. E respalda a rígida hierarquia feudal, os fortes elos da cadeia de suserania e vassalagem na religião. Isto se percebe no seguinte passo, transcrito por Zurara, aliás sem a indicação da fonte, logo no Prólogo da Crônica:

Deos (...) des o começo fez em as criaturas cadeamanto, per guisa que as virtudes do çeo nam vem aa terra que nam passem primeiramente per os corpos que sam antre ellas, nem se moue alguia cousa de hum termo pera outro que per ametade nam faça mouimento (...) ⁹.

Firma o texto a necessidade de mediadores entre os homens e Deus. E justifica-se, desde aí, a desigualdade das criaturas, o encadeamento que sustenta a Ordem, a superioridade dos senhores, sendo Deus o Senhor supremo.

Daí que mesmo um rei de tendências progressistas (para a época) como D. João I, diante dessa mentalidade reinante, se preocupe com o respaldo teológico da expedição a Ceuta, antes de qualquer medida a ela relacionada. Fora proposta pelos Infantes a partir da indicação do *veedor* da fazenda João Afonso sobre a sua riqueza e formosura. Mas teria de ser sacramentada pela Igreja. E o foi, uma vez que se tratava de guerra contra os *infiéis*, outorgando-lhe o Papa bula de cruzada, através da qual todos os expedicionários se viam absolvidos dos seus pecados. Frei João Xira, ao fazer a pregação em que publicava tal bula¹⁰, motivava ainda os portugueses à luta também com um

argumento profano: o da boa disposição dos astros. Tal argumento dá prova da aceitabilidade da astrologia pela Igreja à época, se não foi um acréscimo do cronista à prédica que teria sido efetivamente pronunciada.

Uma primeira conclusão patenteia-se claramente: a de que os discursos religioso e senhorial concertam em atribuir grandeza ao feito.

Mas passemos ao discurso dos vencidos, que, mesmo sendo reproduzidos por um cronista comprometido com a ideologia da classe fidalga, denuncia as mesquinhas intenções “movedoras” da empresa e a desumana situação a que os relegou a vitória dos “cristãos”. Particularmente significativos são aí os sonhos, que reafirmam a seu modo, juntamente com outros sinais, a visão providencialista da História assumida na Crônica: por ocasião do *Ramadam*, época de abstinência para os muçulmanos,

hum daquelles seus mouros sanctos durando o tempo do jejum sonhou que via aquella çidade cuberta *dabelhas*, e que polla boca do estreito vinha *hum liam com huua coroa douro na cabeça*, e que trazia muito grandes bandos de pardaaes depos si, que comiam todas aquellas abelhas¹¹.

A interpretação desse sonho, feita na ocasião pelo mais respeitado dos sábios convocados por *Çalabençala*, senhor de Ceuta, foi que, diz ele: “as abelhas sinificamos nos outros e os pardaaes sam os christãos, ca semelhante vio hum mouro em Cordoua em sonhos, quando os mouros a perderam”¹². A imagem do leão era também reiterativa, uma vez que, lembra o sábio, uma profecia anterior, gravada numa pedra-mármore encontrada na escavação de uma horta, dizia: “Da casa d’Espanha saira *hum liam com tres cachorros seus filhos*, acompanhado de grande frota, carregada de muitas gentes, e apremera a tua nobre çidade”¹³.

A adequação dos símbolos aos fatos demonstra como o imaginário dos vencidos destrói a grandeza com que os conquistadores buscaram cercar os seus feitos, realçando, em contrapartida, a própria superioridade cultural.

As abelhas, que aparecem cobrindo Ceuta, afora as interpretações que as relacionam com a sabedoria, a poesia, a espiritualidade — na cultura islâmica metaforizam o próprio dervixe —, significam ordem, labor e prosperidade, características que eram as da cidade, importante centro cosmopolita à época. Para termos uma idéia da sua civilidade, adiante diz a Crônica que, a propósito das belas e confortáveis casas mouriscas, as dos portugueses humildes “em comparaçam destas quemem parecer choças de porcos”¹⁴.

Os pássaros são no Alcorão frequentemente associados ao destino, marcando-se dessa forma, já que representam os portugueses, a predestinação como causa da conquista, e não o valor bélico do inimigo. Aliás, o tipo de pássaros que aparece no sonho — pardais — também reforça esse sentido de vulgarização.

Já o leão, tanto na cultura judaica quanto na islâmica, é recorrente figura alegórica, significando autoridade e força nobre. Representa a majestade de

D. João I, ao qual o chefe mouro se refere com admiração, pelas derrotas que infligira aos castelhanos¹⁵.

Quanto aos cães, outros não poderiam ser senão os três filhos legítimos do rei português que o acompanharam a Ceuta — D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique —, e que, além do mais, foram os incitadores do pai à tomada da cidade. Apesar de ser o cão tido como símbolo de fidelidade ao seu senhor, os muçulmanos o estigmatizam implacavelmente, consideram-no vil, impuro, símbolo de avidez, sofreguidão e gula. Além disso, tem como primeira função mítica, universalmente atestada — segundo Jan Chevalier e Alain Gheerbrant¹⁶ — a de ser *psicopompo*, e como tal relacionado com a noite, a morte, a escuridão.

Portanto, insistimos, o imaginário dos vencidos corrói toda a aura de sublimidade construída por Zurara à volta dos seus heróis.

A relatividade dos valores se revela em muitas outras passagens. Por exemplo, ao prantearem a cidade perdida, as mesquitas, a abastança, o conforto, o rico comércio, os mouros atribuem aos “poderios do inferno”¹⁷ a vitória imprevisível dos inimigos. Ao passo que no discurso dos senhores cristãos a vitória fácil se apresenta como decorrente da providência divina.

E num dos sonhos proféticos de um almuadem, relembrados no triste momento da lamentação à vista da cidade de que foram expulsos, representa-se

huua molher com mujtos filhos darredor de ssi, e que uia huua ponte que sse começa daçerqua de seus pees, e chegaua ataa o rregno do Algarue, polla quall uijnham da terra dos christaãos grandes manadas de moços, os quaaes pelleiauum com os filhos daquella molher, ataa que os matauam todos, e mamauam em suas tetas¹⁸.

A interpretação é dada pelo mesmo almuadem, de acordo com outros sabedores: “aquella molher rrepresenta a terra d’Affrica, e os primeiros filhos somos nos outros, os quaaes empuxaron os christaãos de suas tetas .s. de sua terra”¹⁹. E concluiriam então ser a motivação dos invasores a *cobiça*.

A surpreendente imagem dos conquistadores, a sugar das *tetas* d’África o leite/riqueza dos filhos desta, faz-se profética não apenas em relação a Ceuta, mas a todos os lugares do continente por tantos séculos explorados. E adianta as agruras dos africanos na Crônica subsequente relatadas, manchando o mérito que os cristãos viam na conquista da cidade, “gaanhada e tirada do poder dos jmfiees, e posta sso o jugo da ffe de nosso Senhor Jesu Christo”²⁰.

Mas não faltavam vozes de homens del-rei também denunciadoras do discurso da hipocrisia:

quamto por fazerdes igreias, em que sse faça ho samto sacrificio, assaz dellas temdes em uossa terra, que sson casi todas destroiadas, que seria mayor merito de as rrepayrar e correger, que faazer aqui outras semelhantes de nouo, em deffemssom das quaaes uossos servidores e naturaes estem em tamanho prijo²¹.

Estas vozes encontrariam eco mais tarde na fala do velho do Restelo, que n'Os *Lusíadas* de Luís de Camões denunciaria com veemência a "glória de mandar", a "vã cobiça / desta vaidade, a quem chamamos Fama"²², enquanto propulsoras das conquistas. E muitos são os discursos que até à atualidade lhe fazem coro.

A *Crônica de Guiné*, além de estabelecer o elogio do "Príncipe pouco menos que divinal"²³. D. Henrique, narra as muitas entradas dos portugueses na costa ocidental africana, sobretudo à cata de presas humanas. Foi encomendada em 1452 por Afonso V, para que a "tão santa e tão virtuosa vida" do Infante ficasse documentada para exemplo, como diz o cronista em carta ao rei enviada²⁴. Teve por base informações de ex-vassalos de D. Henrique, testemunhos dos acontecimentos relatados, bem como a perdida crônica de Afonso Cerveira, "que esta estória primeiramente quiz ordenar"²⁵. E documenta — o seu maior mérito — a prioridade dos descobrimentos lusos naquelas paragens.

Já desde a carta a Afonso V sobre a Crônica, a que já fizemos referência, reafirma Zurara o seu preconceito para com os plebeus, dizendo "que o recompensamento da honra deve ser dado ao que é muito nobre e excelente, e o recompensamento do ganho ao que é mesteiroso"²⁶. Retoma também, e mais desenvolvidamente, no Prólogo, as questões básicas da *Virtuosa Benfeitoria*, já agora destacando a ação do destinatário do benefício, afirmando, com base na *auctoritas* de Cícero, que "nenhum serviço é mais necessário que o agradecimento, pelo qual o bem se torna a aquele que o deu"²⁷. Agradecimento que estaria na base, sem dúvida, do seu estilo laudatório, em relação ao senhor (D. Henrique), que tantos *acrescentamentos* lhe proporcionara. Daí atribuir-lhe a glória exclusiva dos feitos narrados: tudo o que se segue (na Crônica) foi feito por sua ordenança e mandado, não sem grandes despesas e trabalhos"²⁸. Mas não sem lucros também, uma vez que a ele coube o monopólio do comércio, que tinha como elemento de peso o desumano tráfico de escravos.

As razões da expedição, apresentadas pelo Infante, foram: o desvelamento das lendas que corriam sobre o desconhecido; a busca de portos amigos; o conhecimento do poder dos "infiéis" para melhor combatê-los; a busca de aliados; e, por último, o aprisionamento do gentio, denominado indiscriminadamente de mouro, desconsideradas as suas especificidades raciais e culturais. Além dessas razões, chama o cronista a atenção para a inclinação dos astros, que predispunham favoravelmente ao sucesso dos portugueses.

O tráfico escravocrata, que passa a dominar a preocupação dos vassalos do Infante, é justificada pelo intuito "elevado" de lhes salvar as almas e os corpos:

assim que onde antes viviam em perdição das almas e dos corpos, vinham de todo receber o contrário: das almas, enquanto eram pagãos, sem claridade e sem lume de santa Fé; e dos corpos, por viverem assim como bestas, sem alguma ordenança de criaturas razoáveis, que eles não sabiam que era pão nem vinho, nem cobertura de pano, nem alojamento de casa; e o que

peor era, a grande ignorância que em eles havia, pela qual não haviam algum conhecimento de bem, somente viver em uma ociosidade bestial²⁹.

À época, justificava-se a escravatura com respaldo em Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Para o primeiro, seria ela manifestação da vontade divina, um castigo aos maus. Para o segundo, endossando Aristóteles, uma instituição natural, com base na vantagem de os menos capazes serem governados pelos mais capazes.

A “salvação das almas perdidas”³⁰ seria, pois, o respaldo teológico em que se fundamentava o “virtuoso” Infante para a triste prática. E a liberalidade que Zurara mostra haver no trato dos cativos pelos portugueses — que lhes ensinavam ofícios, perfilhavam-nos, deixavam-lhes os bens de herança, etc. — não é suficiente para anular o caráter desumano de tal comércio. Por exemplo, o próprio cronista se emociona diante da evocação do quadro doloroso da partilha, emoção que considera uma fraqueza, haja vista a finalidade maior da empresa; mas, desculpa-se ele, “a sua humanidade constringe a minha que chore piedosamente o seu padecimento”³¹. E faz-nos assistir, também comovidos, ao desespero dos filhos que, quando eram apartados dos pais, “alevantavam-se rijamente e iam-se para eles; as mães apertavam os outros filhos nos braços e lançavam-se com eles de bruços, recebendo feridas, com pouca piedade de suas carnes, por lhe não serem tirados”³². Enquanto que os naturais de Lagos e arredores, testemunhos oculares, diante de tal “novidade” faziam “tamanho alvoroço que poinham em turvação os governadores daquele partilha”³³.

Outro aspecto negativo dessa “cruzada” henriquina, que o autor não deixa de mencionar, é constituído pela rapinagem que então se praticava, embora pintada por vezes, e até grotescamente, como feito de cavalaria. Tal é o caso de certos empreendimentos dos comandados por Antão Gonçalves, que acometem por vezes sobre mouros solitários, ou invadem acampamentos de surpresa. Aliás, Antão Gonçalves fora o primeiro a fazer cativos, e também o primeiro a ser feito “honradamente” cavaleiro na Guiné, criticando ele próprio o exagero do benefício: “não era razão que por tão pequeno serviço houvesse de receber tamanha honra”³⁴. Também Nuno Tristão, outro destaque, contribuiu para desmistificar os altos ideais do Infante, ao colocar não já a honra, mas o lucro como finalidade da empresa, buscando obter “outra presa mais rica por que o senhor Infante possa cobrar algum começo de paga, sobre tanta despesa”³⁵.

Mas são manchas pequenas, em relação aos muitos elogios com que Zurara cerca a figura do seu herói, que possui “explendor e grandeza sobre todos outros”³⁶. Suas qualidades, enumeradas à exaustão, e seus feitos exemplares, se apresentam como “proveitoso ensino de todos os Príncipes”³⁷. Através de hipérbolos e exclamações, em que alardeia que “as terras e os mares estão cheias de teus (do Infante) louvores”, aqui o torna, numa apóstrofe a Valério Máximo, maior que todos os heróis romanos; ali, numa apóstrofe a Têmis, superior a ela própria; e acolá, destinado a “aparelhado lugar entre as cadeiras celestiais”³⁸.

Esta, a imagem que a posteridade privilegiária, apesar das discussões dos historiadores; principalmente através de poetas geniais como Camões e Fernando Pessoa, para só citarmos os dois maiores, que consagraram para todo o sempre o mito, esse “nada que é tudo” no dizer pessoano.

Referências Bibliográficas

- (1) ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da Tomada de Ceuta* por el Rei D. João I. Lisboa, Academia das Ciências / Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, pp. 11 e 275.
- (2) SARAIVA, A. José & LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. 12ª ed. corrig. e atual. Porto, Porto Ed., 1982, p. 141.
- (3) ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. cit.*, p. 117.
- (4) SARAIVA, A. José & LOPES, Oscar. *Op. cit.*, p. 140.
- (5) ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. cit.*, p. 11.
- (6) *Ibidem*, p. 235.
- (7) *Ibidem*, pp. 25-26.
- (8) D. PEDRO. *Tratado da Virtuosa Benfeitoria*. Ed. Joaquim Costa. Porto, 1946.
- (9) ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. cit.*, pp. 4-5.
- (10) *Ibidem*, p. 164.
- (11) *Ibidem*, p. 172.
- (12) *Ibidem*, p. 174.
- (13) *Ibidem*, pp. 173-174.
- (14) *Ibidem*, p. 236.
- (15) *Ibidem*, p. 197.
- (16) Cf. CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dictionnaire des Symboles*. 6ª ed., Paris, Seghers, 1973.
- (17) ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. cit.*, p. 238.
- (18) *Ibidem*, p. 239.
- (19) *Loc. cit.*
- (20) *Ibidem*, p. 275.
- (21) *Ibidem*, p. 261.
- (22) CAMOES, Luís de. *Os Lusíadas*. Ed. Emanuel Paulo Ramos. 7ª ed., Porto, Porto Ed., [s.d.].
- (23) ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica de Guiné*. Ed. c/ort. atual., coment. e estudo de José de Bragança. 2ª ed., Porto Livr. Civilização, 1973. p. 13.
- (24) *Ibidem*, p. 4.
- (25) *Ibidem*, pp. 151-152.
- (26) *Ibidem*, p. 3.
- (27) *Ibidem*, p. 8.
- (28) *Ibidem*, p. 9.
- (29) *Ibidem*, p. 126.
- (30) *Ibidem*, p. 45.
- (31) *Ibidem*, p. 121.
- (32) *Ibidem*, p. 123.
- (33) *Loc. cit.*
- (34) *Ibidem*, p. 75.
- (35) *Ibidem*, p. 73.
- (36) *Ibidem*, p. 31.
- (37) *Ibidem*, p. 13.
- (38) *Ibidem*, pp. 37-38-39-40-51.